COLÉGIO ANDREWS

OPINIÃO

Sobre a Base Curricular

O debate sobre a Base Curricular Comum avança e vai ganhando contornos interessantes. A rapidez com que o MEC reconheceu enganos na concepção de algumas disciplinas surpreende, mas é um bom sinal. Há quem reconheça na proposta original do Governo o mérito de ter colocado o tema em pauta e convocado toda a sociedade a se pronunciar. Alguns se animam com a perspectiva de um consenso, uma base comum a ser pactuada e construída a muitas vozes, democraticamente.

Mas ainda não ficou claro em que medida o MEC considera que o grupo de autores da proposta errou. Afinal, no entender do Governo, em que residem os excessos que os seus especialistas podem ter cometido? Sobretudo, ainda não ficou claro até onde vai a pretensão oficial de detalhar um currículo unificado, comum a todos.

Em torno de cada escola reúnem-se famílias e educadores que a procuram por nela reconhecerem perspectivas compatíveis com as suas próprias concepções. No viés religioso, é legítima a existência de projetos educativos concebidos à luz do Antigo ou do Novo Testamento, do Talmud ou do Alcorão. Esse é um direito que é assegurado pela Constituição e que em nada ofende a democracia ou compromete a qualidade do sistema de ensino como um todo.

Haverá quem prefira um ensino que se ancore nas e valorize as referências indígenas. Mas haverá também grupos que se identifiquem com as contribuições trazidas por movimentos migratórios das mais diversas origens e nacionalidades. Cabe a cada família decidir, de acordo com suas próprias concepções.

Outros escolherão projetos orientados por preceitos Criacionistas ou da Cientologia, como também por determinadas orientações políticas ou ideológicas. Não é errado que um determinado partido ou movimento político faça escola. São legítimas as escolas do MST como também seriam as instituições mantidas por qualquer outro partido. (O próprio PT teve a sua ata de fundação lavrada no auditório de uma conceituada escola paulista, o que em nada desabona nenhuma das duas instituições.)

Haverá que defenda essas e muitas outras possibilidades. Por seus próprios caminhos, as diferentes propostas certamente terão como usar suas próprias referências para ensinar a paz, a harmonia e o convívio com as diferenças. O ambiente democrático decorre justamente da coexistência de propostas diversas. A pluralidade de correntes educativas possibilita que os mais diferentes segmentos tenham atendidas as suas aspirações. É direito das famílias que elegem cada uma delas vê-las desenvolvidas em sua plenitude, sem qualquer forma de restrição ou cerceamento legal. Compatibilizá-las por força de lei imporia empobrecimento e mutilações a todas elas, descontentando a gregos e troianos. A pretensão de conciliá-las e amalgamá-las em um único currículo, comum a todas, é equívoco ineficaz e vão. Seria não apenas ingênuo como também perigoso.

O pecado do documento oficial apresentado pelo governo não está tanto no teor do programa dessa ou daquela disciplina. Há um equívoco que antecede e que deve se sobrepor a essa discussão. De todas as inconveniências, a maior consiste justo na pretensão de se estabelecer a obrigatoriedade de um determinado currículo - qualquer que seja ele - que desça àquele nível de detalhamento. Até onde é desejável que o Estado se outorgue o direito de tutelar desse modo o tipo de Educação e de escolaridade a que terão acesso os nossos filhos?

No momento em que o debate sobre o Currículo Nacional avança, convém termos em mente que quanto maior e mais detalhada for a Base Comum, menor será o grau de liberdade de ensino no país. Cabe discutir um ponto que até o momento não foi suficientemente esclarecido nem assegurado. Urge definir o grau de liberdade que será permitido a cada escola e a cada Projeto Educativo isoladamente considerado. Essa definição deve ser, por um lado, concretizada em termos de carga horária, mas, por outro, também acatada e referendada pelas avaliações em larga escala conduzidas pelo próprio governo: Saeb, Prova Brasil e Enem. Enquanto isso não se define, é engano investir na tentativa de consolidar um consenso definitivo acerca do programa de cada disciplina.

Ao reivindicar dessa forma o controle sobre esse tema, o Estado cerceia a liberdade e o direito de escolha de cada família. Um grande avanço seria o reconhecimento de que a qualidade do sistema de ensino decorre, em grande medida, de sua diversidade e que o governo deve se abster de pretender a hegemonia de qualquer programa.

Pedro Flexa Ribeiro